

Prefácio

Lia Pinheiro Barbosa

Como citar: BARBOSA, Lia Pinheiro. Prefácio. *In:* FERNANDES, Silvia Aparecida de Sousa; FERNANDES, Bernardo Mançano; SANSOLO, Davis Gruber (org.). **Educação do campo, soberania alimentar e agroecologia:** o papel das tecnologias sociais no fortalecimento das comunidades locais. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2023. p.9-16. DOI: <https://doi.org/10.36311/2023.978-65-5954-415-8.p9-16>



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivatives 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-No comercial-Sin derivados 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

PREFÁCIO

O ano de 2020 é um ano que ficará cravado na história mundial e na memória coletiva devido à presença letal da pandemia causada pelo Sars-Cov-2, agente etiológico da Covid-19. O contexto da pandemia evidencia as consequências ambientais e sociais de um modelo de desenvolvimento alavancado pelos grandes conglomerados de empresas transnacionais, pautado na expropriação incessante dos bens naturais, em uma produção agropecuária baseada na transgenia e no monocultivo genético de animais à base de antibióticos e em condições de confinamento. Conforme Wallace (2016), todos os vírus infecciosos das últimas décadas estão muito relacionados com a criação industrial de animais, submetidos à aplicação permanente de pesticidas para evitar e/ou eliminar outra série de contaminações ocasionadas pelo próprio confinamento. Esses espaços confinados são favoráveis à circulação de bactérias e vírus, estes suscetíveis às mutações que podem culminar em cepas virulentas de alta periculosidade, não só para a saúde dos animais, mas também para a saúde humana.

Esse modelo produtivo em larga escala se contrapõe à e confronta a biodiversidade da produção agropecuária de base indígena e camponesa, ao tempo que ameaça a sustentabilidade da vida no planeta. As hipóteses em torno à origem do Sars-Cov-2 como um patógeno oriundo das condições criadas pela produção agropecuária em larga escala, que provoca

mudanças na ecologia dos ecossistemas, além da anulação da barreira imunológica dos animais pela manipulação genética e o uso intensivo de antibióticos, reforçam os argumentos políticos de movimentos indígenas e camponeses em torno da proteção do bioma e da defesa da agroecologia como princípio e projeto político. A súbita chegada da Covid-19 reafirma essa agenda política, ao demonstrar que se não superarmos esse modelo de desenvolvimento, cada vez mais estaremos suscetíveis não só de sermos acometidos por outras (pan)epidemias, como vivenciarmos a morte do planeta do qual somos parte vital.

É nesse momento histórico que chega a mim o livro “Soberania Alimentar e Agroecologia: o papel das tecnologias sociais no fortalecimento das comunidades locais”, uma obra de fôlego, composta por dez capítulos que dão conta de apresentar às leitoras e aos leitores a relação dialética entre o projeto de desenvolvimento do capitalismo agrário e seus impactos nos processos de desterritorialização em decorrência dos conflitos no campo, no incremento da contaminação ambiental em razão do uso massivo e intensivo de agrotóxicos, ou ainda de um modelo de desenvolvimento que criou as condições históricas, entre outras questões, para o surgimento de vírus, como o Sars-Cov-2. Há de enfatizar que, em meio a essa totalidade histórica, o livro é um sopro de esperança, de incentivo no fazer cotidiano, ao tecer a crítica necessária à presença territorial do capital, ao tempo que apresenta o contraponto da Agroecologia não só como uma matriz produtiva, mas compreendida como um projeto de desenvolvimento do território camponês para a conformação da soberania alimentar.

Nessa direção, destaco dois aspectos centrais do livro: 1. A temática relacionada ao papel das tecnologias sociais no fortalecimento dos caminhos de construção da agroecologia para uma soberania alimentar no âmbito das comunidades locais. Trata-se de uma área estratégica fundamental para a produção de alimentos saudáveis sem agrotóxicos, à manutenção dos ecossistemas, ao tempo que estimula um desenvolvimento territorial na perspectiva do campesinato; 2. O fato da coletânea ser resultado de pesquisas, desenvolvidas com financiamento público em sua maioria, que articulam uma ampla rede de pesquisadores, estudantes, organizações sociais e instituições públicas, não só do Brasil, mas de outros países da América

Latina, o que demonstra que as Ciências Humanas e Sociais produzem conhecimento científico com impacto social e regional, fato que deve ser reafirmado de forma permanente, sobretudo em um momento histórico em que não só nos defrontamos com o negacionismo e o anticientificismo, como com o questionamento do nosso fazer científico, sobretudo aquele produzido pelas universidades públicas, e nosso papel social perante a sociedade.

No âmbito dos estudos agrários, uma contribuição significativa do livro reside em evidenciar o papel das diferentes tecnologias sociais desenvolvidas à luz de uma concepção territorial de base agroecológica e camponesa. Nesse sentido, o conjunto dos capítulos apresenta uma variedade de tecnologias sociais, a exemplo das Feiras Agroecológicas como uma tecnologia social que reafirma a centralidade da luta pela terra e a Reforma Agrária como condição imprescindível à produção de alimentos saudáveis. Na estratégia de sensibilização social, essa tecnologia social é apresentada tanto em espaços públicos, como as universidades; também outras tecnologias sociais, como algumas de caráter ancestral, a propósito da criação de gado em perspectiva comunal-comunitária. Isto significa a construção de uma base teórico-analítica relacionada ao próprio conceito de “tecnologia social” associado ao campo dos estudos agrários, o que revela a emergência de novas abordagens teórico-metodológicas e conceituais na área em questão, a partir da ação social e política dos diferentes sujeitos do campo latino-americano.

O livro contém uma variedade de experiências analisadas a profundidade, desenvolvidas por diferentes sujeitos e expressas de diversas formas:

- a) no âmbito do ensino, pesquisa e extensão, demonstrando o papel social inerente à universidade, quando esta assume por tarefa edificar pontes de diálogo entre o fazer científico e a construção do conhecimento dentro e fora da universidade. Nessa direção, é louvável o esforço em direção ao diálogo de saberes entre universidade e camponeses para pensar a agroecologia, a reforma agrária e a soberania alimentar como um processo histórico de conhecimento e fortalecimento dos territórios;

- b) na articulação da universidade com organizações sociais, sobretudo movimentos sociais do campo, para o desenvolvimento de projetos de pesquisa e extensão com vistas ao fortalecimento de processos sociais de transição e territorialização da agroecologia, a propósito das Feiras Culturais Agroecológicas, os quintais produtivos, o fortalecimento da cultura ganadeira comunal, entre outras experiências analisadas no livro;
- c) na articulação com entidades públicas, notadamente em âmbito municipal e estadual, sobretudo na assessoria às políticas públicas vinculadas ao fomento da produção e comercialização de alimentos saudáveis produzidas pelas famílias camponesas;
- d) ao realizar a sistematização de todos esses processos de conformação de tecnologias sociais, destinadas ao impulso e fortalecimento da agroecologia em uma perspectiva camponesa e para a defesa do território camponês.

O capítulo que abre o livro, “Redes de Pesquisa, Ensino e Extensão como estratégia de fortalecimento das Políticas de Segurança Alimentar e Nutricional do Hemisfério Sul”, escrito por Maria Rita Marques de Oliveira, Milena Cristina Sendão Ferreira, Lilian Fernanda Galesi Pacheco, Rodrigo Machado Moreira e Carla Maria Vieira, apresenta o histórico e a experiência do INTERSSAN – Centro de Ciência e Tecnologia para Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional. O INTERSSAN produz e difundir conhecimentos relacionados ao Direito Humano à Alimentação, desenvolvendo ações de promoção da soberania e segurança alimentar e nutricional, por meio de redes de cooperação com universidades da América Latina e da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP).

O debate em torno à democratização da ciência e da tecnologia é o cerne do Capítulo 2, “Reflexiones para la democratización de la ciencia, la tecnología y la innovación en los sistemas de abastecimiento y distribución de alimentos”, de autoria de Martha Alicia Cadavid Castro, Julia María Monsalve Álvarez, Ginna Marcela Rodríguez Casallas, Sara Eloísa del Castillo Matamoros, Lina María Vélez Acosta e Diana Patricia

Giraldo Ramírez. O argumento das autoras sustenta que, frente o papel desempenhado pela ciência moderna, de caráter positivista, e de aplicação dos avanços tecnológicos, científicos e informáticos para o atendimento das demandas de mercado, emergem propostas alternativas de produção, distribuição e consumo de alimentos, como expressões plurais e democráticas de produzir conhecimento a partir dos saberes populares. Para tanto, o capítulo analisa experiências de caráter coletivo desenvolvidas em cinco cidades colombianas, quais sejam, Bogotá, Medellín, Pereira, Armenia e Manizales. Entre os achados da pesquisa desenvolvida em relação à produção, acesso e apropriação do conhecimento e tecnologia, destacam que há uma inequidade entre os modelos tradicional e moderno de abastecimento e distribuição de alimentos. Entretanto, o modelo alternativo, propõe novas formas de gestão do sistema alimentar, incluindo concepções democráticas de geração e apropriação do conhecimento e tecnologia, com destaque para outras formas de apropriação e redistribuição do conhecimento, em particular entre camponeses e comunidades associados à produção, distribuição e consumo de alimentos alternativos.

Em “Avaliação das compras de produtos de agricultores familiares para o Programa Nacional de Alimentação Escolar no estado de São Paulo”, terceiro capítulo da obra, José Giácomo Baccarin e Jonatan Alexandre de Oliveira desenvolvem uma proposta de sistematização dos indicadores que podem ser usados para a aplicação do Artigo 14 da Lei Federal nº 11.947/2009, conhecida como Lei do PNAE. O capítulo apresenta uma avaliação inicial da aplicação do Artigo 14 em prefeituras municipais e na Secretaria Estadual de Educação de São Paulo, sobretudo com o intuito de averiguar como ocorre a atuação dos gestores públicos em relação à alimentação escolar. Do mesmo modo, analisam como acontece a participação dos produtores familiares como fornecedores de alimentação escolar. O capítulo aponta que há deficiências na execução do Artigo 14 e que o estímulo para que os agricultores familiares participem como fornecedores está atrelado ao alcance do PNAE em relação ao seu quantitativo e renda bruta.

O Capítulo 4, intitulado “Produção agroecológica e venda direta: Tecnologias Sociais para celebrar a Soberania Alimentar”, escrito por Silvia

Aparecida de Sousa Fernandes, Leonardo Moreno Lima Capellanes, Maria Clara Gregório Arcari e Paulo Eduardo Teixeira visa analisar experiências de produção e venda direta como Tecnologias Sociais que valorizam e contribuem para um reconhecimento dos produtores camponeses como sujeitos sociais, sobretudo por fomentarem uma produção de base agroecológica e destinada ao fortalecimento da soberania alimentar.

No capítulo 5, “Cestas Agroecológicas e Solidárias Raízes do Pontal: a extensão como forma de fortalecimento da relação entre comunidade acadêmica e os movimentos sociais de luta pela terra”, de autoria de Gustavo Caíque Pereira Negrão, Lucas Souza Silva e Carlos Alberto Feliciano, é analisado as formas de reprodução do campesinato no Pontal do Paranapanema, em São Paulo. Para tanto, os autores adentram na análise das práticas agroecológicas promovidas por um projeto de extensão universitária como uma proposta alternativa de geração de renda para famílias camponesas da Associação Regional para a Cooperação Agrícola (ARCA), do Assentamento Gleba XV de novembro, localizado no município Euclides da Cunha Paulista.

Na continuidade da reflexão em torno às feiras agroecológicas, Adriano Pereira dos Santos, Estevan Leopoldo de Freitas Coca, José Roberto Salvaterra e Leonardo Lencioni Mattos Santos nos apresentam, em “A Feira Agroecológica como estratégia de combate ao uso de agrotóxicos: relatos de experiências”, sexto capítulo do livro, algumas experiências e ações do projeto de extensão ‘Fórum de combate ao uso de agrotóxicos – soberania alimentar e agroecologia na região de Alfenas’. Acorados na perspectiva do pensamento agrário crítico, os autores destacam que as ações de combate ao uso de agrotóxicos desenvolvidas pelo referido projeto acontecem a partir de três níveis de atuação: 1) pautar e problematizar, no âmbito das instituições, a necessidade de se pensar a agricultura a partir da defesa da Reforma Agrária; 2) a promoção de campanhas de combate ao uso de agrotóxicos nas escolas municipais de Alfenas, Minas Gerais e 3) conformar espaços de formação para os agricultores no âmbito da universidade, iniciativa que permite um diálogo de saberes necessário entre o conhecimento produzido dentro e fora da instituição universitária.

Adentrando a uma segunda experiência oriunda de outro país, no capítulo 7, “Diseños agroecológicos emergentes en la lucha por la tierra: los encierros ganaderos comunitarios campesinos en Santiago del Estero (Argentina)”, escrito por Andrea Gómez Herrera, Cristián Jara y Raquel Buitrón Vuelta, nos apresentam o contexto de conflitividade no campo argentino, ao tempo que emergem experiências produtivas e organizativas inovadoras, desenvolvidas por famílias camponesas de Santiago del Estero. Nessa direção, o capítulo analisa quatro experiências de criação de gado comunitária enquanto estratégia de defesa do território, em que a iniciativa de cercar o campo não corresponde à mercantilização da terra, mas à reafirmação da lógica comunal e ao uso e gestão dos bens comuns. Os casos analisados evidenciam um desenho produtivo e organizativo que se configura sobre a base do potencial endógeno dos agroecossistemas pastoris, que recuperam a base do saber-fazer das populações rurais, sobretudo de suas próprias tecnologias sociais.

Em uma perspectiva mais teórica, Henrique Tahan Novaes debate no Capítulo 8, “O avanço destrutivo do capital e os desafios da agroecologia socialista”, como a estruturação do capitalismo no campo, especialmente a partir da inserção do capital transnacional, tem assumido um papel destruidor e impulsionador de um colapso ambiental. O autor analisa a questão socioambiental no governo de Jair Messias Bolsonaro, apontando que a superação dessa lógica destrutiva só é possível se articulada a uma concepção da agroecologia no campo socialista.

No capítulo 9, “A construção de Sistemas Alimentares Camponeses em Assentamentos Rurais no Rio Grande do Sul”, de autoria de Camila Ferracini Origuéla, é analisada a experiência de produção, industrialização e comercialização de alimentação convencional e agroecológica de assentamentos rurais de reforma agrária da região metropolitana de Porto Alegre. A autora destaca os conflitos e contradições desse processo, sobretudo pelo predomínio de uma concepção de territorialidade capitalista que interpela o processo de reprodução social da família camponesa, fazendo-a reproduzir uma territorialidade cada vez mais subordinada à concepção de território do capital.

Para fechar a obra, o capítulo 10, “Do plantio da Agroecologia à colheita da Soberania Alimentar: o trilhar do NEA Boituva, de Flávio Aparecido Pontes e Márcia Satiko Takano Pontes apresentam a experiência de criação do Núcleo de Estudos em Agroecologia e Produção Orgânica (NEA-Boituva), no Instituto Federal de São Paulo (IFSP). O objetivo do NEA consiste em tornar-se um Centro de referência para o desenvolvimento territorial sustentável, a partir dos princípios, conhecimentos e práticas da agroecologia, da produção orgânica e de base agroecológica.

A coletânea dos capítulos que compõem o livro “Soberania Alimentar e Agroecologia: o papel das tecnologias sociais no fortalecimento das comunidades locais” propiciará um frutífero diálogo entre todas e todos que nos dedicamos a participar e refletir em torno à Agroecologia para uma soberania alimentar e popular nos territórios camponeses. Conhecer como se tem erigido experiências de desenvolvimento de tecnologias sociais para o fortalecimento de processos agroecológicos é de fundamental importância enquanto área estratégica para o desenvolvimento de nossas pesquisas. Do mesmo modo, para esperar os diferentes caminhos do movimento agroecológico que, em tempos de pandemia, se faz urgente no anúncio da Agroecologia como utopia revolucionária na defesa dos territórios, dos seres vivos e dos bens comuns.

Desejo a todas e todos uma excelente leitura!

Fortaleza, 29 de setembro de 2021.

Lia Pinheiro Barbosa

Universidade Estadual do Ceará
Programa de Pós-Graduação em Sociologia/Mestrado Acadêmico
Intercampi em Educação e Ensino